

LULA NA LIDERANÇA

A photograph of Luiz Inácio Lula da Silva, wearing a white shirt and a white hat with a black band, shaking hands with a crowd of people. The crowd is diverse, with many people holding up their smartphones to take pictures or videos. The background is bright and slightly out of focus, suggesting an outdoor event.

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 25 de maio de 2026 Nº 238

Pesquisas divulgadas em maio mostram Lula na liderança contra Flávio Bolsonaro em cenários de primeiro e segundo turno, em meio à melhora de indicadores econômicos, entregas do governo e maior presença pública do presidente. Congresso e STF têm queda na avaliação

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ **ACOMPANHE :**  /FundacaoPerseuAbramo



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Interino: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe,
Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

Pesquisas mostram Lula na liderança e freio no avanço de Flávio Bolsonaro

pág. 04

BRASIL

Novo mapa-múndi do IBGE coloca o Sul Global no centro da geopolítica brasileira

pág. 07

Ao contrário do que disse Luciano Huck, Bolsa Família tem porta de saída e impulsiona a economia

pág. 09

Inscrições para o Enem 2026 estão abertas até 5 de junho

pág. 11

POLÍTICA

Congresso discute pedágio free flow, prioridades da Saúde, termelétricas, misoginia, atuação da PF no exterior e bets

pág. 13

Presidentes da CUT e CTB acreditam na aprovação do fim da escala 6x1

pág. 15

CULTURA

Gestão Ricardo Nunes desmonta espaços culturais e ameaça coletivos periféricos em São Paulo

pág. 17

INTERNACIONAL

Participação social e soberania em saúde: o que o CNS levou a Genebra

pág. 20

Laboratório da UFRJ lança boletim sobre impasse em Ormuz e crise geopolítica global; íntegra está disponível para download

pág. 22

Morte de Yves Sakila em Dublin provoca protestos e cobrança por apuração

pág. 23



Pesquisas mostram Lula na liderança e freio no avanço de Flávio Bolsonaro

Datafolha e AtlasIntel mostram Lula à frente nos cenários de 2026, com maior distância sobre Flávio Bolsonaro em meio à melhora de indicadores econômicos, defesa do fim da escala 6x1 e desgaste do senador após o caso Vorcaro

Redação Focus Brasil

As pesquisas eleitorais divulgadas nas últimas semanas consolidaram o maior distanciamento entre Lula e Flávio Bolsonaro desde o início da aproximação entre os dois nos cenários para o pleito presidencial de 2026.

No Datafolha, Lula aparece com 40% das intenções de voto no primeiro turno, contra 31%

de Flávio Bolsonaro. No segundo turno, o presidente marca 47%, contra 43% do senador do PL. Já a AtlasIntel/Bloomberg mostrou Lula com 48,9% contra 41,8% em eventual segundo turno.

Os levantamentos reforçam a liderança do presidente e indicam freio no crescimento de Flávio após semanas de empate técnico. O movimento ocorre em meio à melhora de indicadores econômicos, às entregas do governo e à defesa mais direta de pautas trabalhistas, como a redução da jornada e o fim da escala 6x1 sem

redução de salário.

Os números representam uma mudança importante na curva observada entre março e abril. Em março, pesquisa Datafolha apontava Lula com 38% contra 32% de Flávio no primeiro turno. Em abril, o senador chegou a 35%, enquanto Lula manteve 39%.

No segundo turno, os cenários passaram por empates técnicos sucessivos até a rodada mais recente, que recolocou o presidente em posição mais confortável na disputa.

Os levantamentos são retrato



Durante participação inédita no Sem Censura, da TV Brasil, Lula defendeu o fim da escala 6x1 sem redução de salário e afirmou que “o trabalhador precisa voltar a ter tempo para viver”.

do momento político, ainda distante da campanha oficial, mas apontam uma inflexão depois de semanas em que aliados do PL chegaram a tratar a disputa como terreno mais favorável ao senador. O quadro agora é menos favorável a Flávio.

A melhora do desempenho eleitoral de Lula ocorre em meio à recuperação de indicadores econômicos e à intensificação da agenda pública do governo federal.

No mercado de trabalho, a taxa de desocupação ficou em 6,1% no primeiro trimestre de 2026, com 6,6 milhões de pessoas desocupadas, segundo o IBGE. No trimestre encerrado em fevereiro, o rendimento real habitual chegou a R\$ 3.679, alta de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A inflação também desacelerou em abril: o IPCA ficou em 0,67%, abaixo dos 0,88% registrados em março, embora alimentos e bebidas ainda tenham pesado no bolso das famílias, com alta de 1,34% no mês. O PIB fechou 2025 com crescimento de 2,3%, quinto ano seguido de expansão da economia brasileira.

O debate sobre a escala 6x1 também aparece em um momento de mercado de trabalho aquecido. Com desemprego em 6,1%,

o governo tenta associar crescimento econômico à discussão sobre qualidade de vida, tempo de descanso e preservação salarial. São dados que ajudam o governo a sustentar uma narrativa de vida concreta a determinados segmentos da sociedade: emprego, renda e inflação menos pressionada.

O governo também ampliou a divulgação de programas sociais, ações de crédito e investimentos públicos. Entre as agendas mais exploradas pelo Palácio do Planalto estão o Desenrola 2, os anúncios do Novo PAC, a ampliação do Minha Casa, Minha Vida, a retomada de obras em universidades e institutos federais e novos investimentos em saúde e educação.

Aliados do presidente avaliam que a combinação entre recuperação econômica, programas sociais e maior presença pública de Lula contribuiu para interromper o avanço de Flávio Bolsonaro nas pesquisas.

A avaliação do governo permaneceu estável nos levantamentos mais recentes do Datafolha, cenário considerado relevante pelo Planalto após meses de pressão sobre alimentos e juros altos.

O entorno pesa

A nova rodada de pesquisas

coincidiu com o período mais turbulento da pré-campanha de Flávio Bolsonaro desde o início da recuperação do senador nos levantamentos eleitorais.

Filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, preso e condenado por participação na tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022, Flávio passou as últimas semanas tentando conter o impacto político dos vazamentos envolvendo o banqueiro Daniel Vorcaro e personagens ligados ao filme *Dark Horse*.

O caso atingiu o centro da pré-campanha. Reportagens revelaram mensagens e áudios nos quais Flávio Bolsonaro tratava com Vorcaro de recursos para financiar o filme sobre Jair Bolsonaro.

O senador primeiro negou relação com o banqueiro. Depois, admitiu ter procurado Vorcaro, mas disse que se tratava de busca por apoio privado para o projeto audiovisual e negou irregularidade.

Em outra frente, a campanha acionou o STF para pedir investigação sobre o vazamento das conversas. A explicação, porém, manteve o assunto em circulação. Áudios, encontros reservados, articulações empresariais e versões sucessivas passaram a ocupar espaço crescente no noticiário político.

O desconforto chegou ao PL. Após reunião convocada pela direção nacional do partido para discutir os efeitos da crise, dirigentes tentaram demonstrar unidade em torno da pré-candidatura.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, reafirmou publicamente que Flávio seguia como nome do partido para a disputa presidencial. Nos bastidores, porém, aliados passaram a defender maior distância pública de figuras associadas ao entorno de Vorcaro.

A troca no comando da comunicação da pré-campanha foi outro sinal do desgaste. O publi-

citário Marcello Lopes, amigo de Flávio e ex-policia, deixou a equipe após a repercussão do caso. A mudança foi interpretada como tentativa de reorganizar danos e reduzir ruídos em uma candidatura que vinha tentando se apresentar como alternativa viável para além da base bolsonarista tradicional.

O episódio interrompeu um momento em que o senador crescia nas pesquisas e reduzia distâncias em cenários de primeiro e segundo turno. Entre março e abril, integrantes do PL chegaram a tratar reservadamente a disputa de 2026 como a primeira em anos em que o bolsonarismo conseguiria ultrapassar parte de sua base mais fiel e alcançar setores moderados do eleitorado.

O caso Vorcaro mudou o ambiente. E campanha, como se sabe, também vive de ambiente. Ainda assim, os levantamentos mostram que o bolsonarismo mantém uma base consolidada e altamente mobilizada.

Em alguns casos, a fidelidade política assume contornos difíceis de explicar fora da lógica das redes.

Na última semana, apoiadores de Jair e Flávio Bolsonaro viralizaram após beberem e jogarem detergente da marca Ypê sobre o próprio corpo durante transmissões ao vivo. A empresa teve a circulação de lotes de seus produtos proibida pela Anvisa após contaminação biológica confirmada. Mesmo após recorrer, a Ypê seguiu punida, em segurança dos consumidores.

A cena circulou entre memes, perplexidade e milhões de visualizações.

Tempo também é “salário”

A agenda trabalhista voltou a ocupar lugar central na comuni-

cação do governo. Lula tem defendido a redução da jornada e o fim da escala 6×1 sem redução de salário, pauta que ganhou força no Congresso, nas centrais sindicais e entre trabalhadores mais jovens.

A proposta dialoga com um tema concreto do cotidiano: menos dias seguidos de trabalho, mais tempo de descanso, convivência familiar e estudo, sem perda de renda.

A defesa também reposiciona o governo em uma área sensível da disputa política. Depois de anos em que a pauta econômica foi tratada quase sempre pela ótica do ajuste, Lula tenta recolocar o trabalho no centro do debate sobre crescimento. A mensagem é simples: renda, emprego e jornada fazem parte da mesma conversa.

O discurso em torno da pauta tem sido frequente nas aparições de Lula. A última semana do presidente foi marcada por uma sequência de agendas públicas, anúncios e entrevistas. Lula participou de encontros com empresários, atos ligados à educação e eventos voltados a investimentos federais.

O principal movimento de comunicação ocorreu com a participação inédita do mandatário no programa Sem Censura, da TV Brasil, apresentado por Cissa Guimarães nesta nova fase da produção.

Foi a primeira vez que um presidente da República participou da atração da emissora pública federal. A entrevista teve ampla repercussão nas redes sociais e gerou forte circulação de cortes nas plataformas digitais, com milhões de visualizações.

Durante a entrevista, Lula voltou a defender a redução da jornada e o fim da escala 6×1 sem redução de salário. “O trabalhador precisa voltar a ter tempo para viver”, afirmou. Também falou

sobre inflação, crédito, emprego, investimentos públicos e programas sociais.

O presidente defendeu crescimento econômico com distribuição de renda e afirmou que o governo pretende ampliar investimentos e acelerar entregas no segundo semestre.

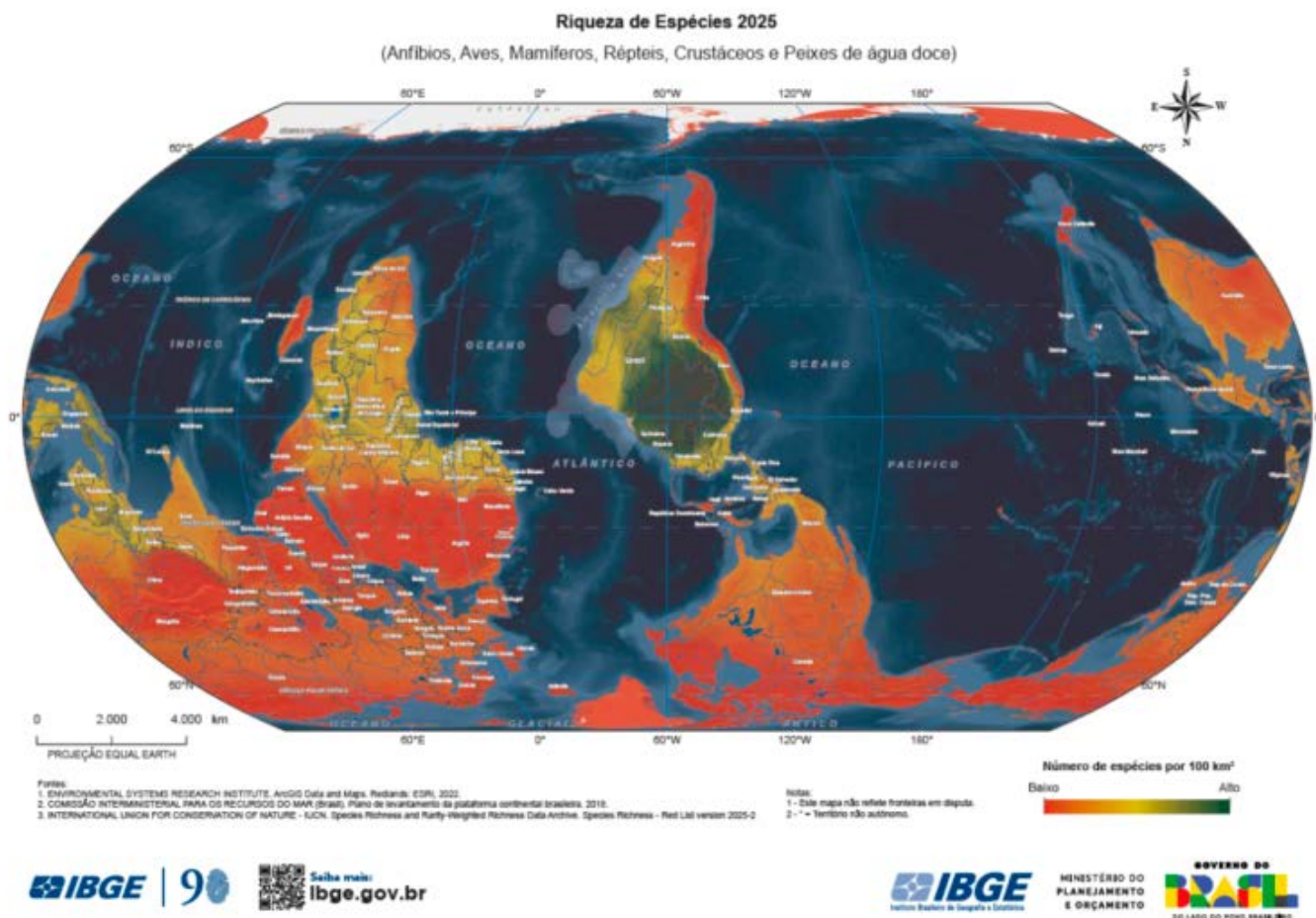
Os desafios na reprovação

As pesquisas divulgadas pelo Datafolha também registraram piora na avaliação do Congresso Nacional e manutenção da segurança pública e da saúde entre os principais problemas apontados pela população. Segundo o instituto, 21% dos entrevistados apontaram saúde como a área mais problemática da atuação federal, enquanto 19% citaram segurança pública.

Apesar da recuperação de Lula nos levantamentos recentes, os institutos seguem registrando níveis altos de polarização entre os dois campos políticos, cenário que ainda organiza a disputa eleitoral e mantém uma base bolsonarista consolidada no país.

O tema da segurança passou a ocupar espaço mais frequente na agenda do governo nas últimas semanas. Lula sancionou projetos ligados ao endurecimento de penas para crimes patrimoniais e voltou a defender maior integração entre União e estados no combate ao crime organizado.

O cenário ainda está distante da eleição, mas a rodada mais recente recolocou o presidente em posição mais confortável na disputa. Flávio, por enquanto, tenta reorganizar uma campanha atravessada por vazamentos e por um noticiário que passou a misturar crise política, articulação empresarial e investigação envolvendo não só seu nome, mas toda a família que compartilha o sobrenome Bolsonaro na política. ■



Novo mapa-múndi do IBGE coloca o Sul Global no centro da geopolítica brasileira

Ao reposicionar o Brasil no centro do mapa, nova cartografia do IBGE questiona a visão eurocêntrica do mundo e dialoga com a ascensão diplomática e econômica do Sul Global

Fernanda Lima

O novo mapa-múndi lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desloca mais do que continentes. Ao colocar o Brasil no centro e inverter o eixo Norte-Sul, a nova representação cartográfica propõe outra forma de olhar o mundo, em sintonia com a ascensão política, econômica e

diplomática do Sul Global.

Há uma força invisível no formato do mundo que aprendemos a desenhar na escola. Desde pequenos, nos acostumamos a ver o planeta sempre do mesmo jeito: Europa e Estados Unidos no alto, grandes e imponentes, enquanto América do Sul e África aparecem espremidas na parte de baixo.

Por isso, quando o IBGE apresentou o novo mapa-múndi com o Brasil no centro e a América do Sul em posição de destaque, o impacto foi imediato. O que poderia parecer

apenas uma provocação visual revela uma mudança mais profunda na forma como o país passou a se enxergar e a se posicionar no cenário internacional.

O mundo visto a partir do Sul

O mapa mexe com algo que vai além da geografia. Ele toca a psicologia coletiva de um país historicamente habituado a associar o “Norte” ao desenvolvimento, à superioridade e ao centro das decisões, enquanto o “Sul” foi colocado,



durante séculos, no lugar do atraso, da dependência e da periferia.

Ao romper essa lógica, o IBGE evidencia que topo e fundo do planeta são convenções. A nova cartografia reorganiza o olhar e sugere que o Brasil e a América do Sul não precisam aparecer como margem de um mundo definido por outros centros de poder.

O presidente do IBGE, Marcio Pochmann, destacou o peso simbólico da mudança ao afirmar que, “aos 90 anos, o IBGE transforma a cartografia em afirmação política e civilizatória, pois coloca o Brasil no centro, inverte o eixo Norte-Sul e revela os continentes em proporções reais”. Para ele, o novo mapa-múndi “desafia séculos de visão eurocêntrica e reposiciona o Sul Global no centro do debate sobre biodiversidade, poder e futuro do planeta”.

Cartografia e identidade nacional

A estratégia de usar mapas para formar mentalidades nacionais não é inédita. A China faz isso há gerações. Nas escolas chinesas, as crianças não estudam com a mesma representação mais difundida no Ocidente. O mapa chinês coloca o Oceano Pacífico e a Ásia no centro, deslocando outras regiões para as margens. A imagem reforça

a própria história do país, que tradicionalmente se entende como o “Reino do Meio”.

Ao adotar uma postura semelhante, o Brasil começa a desenhar sua própria centralidade. A nova representação sugere que o ponto de partida para olhar o mundo também pode ser a nossa própria casa, e não apenas os centros tradicionais de poder político, econômico e cultural.

Essa mudança no olhar de estudantes e cidadãos dialoga com a política externa brasileira dos últimos anos. O novo mapa expressa um país que busca deixar de apenas assistir às decisões tomadas pelas potências tradicionais e passa a disputar espaço nas agendas globais.

Esse movimento aparece na expansão do Brics, bloco de países em desenvolvimento que ganhou novos membros e ampliou seu peso no debate econômico internacional. Também se manifesta no fortalecimento do Mercosul, com a chegada da Bolívia, e na retomada da integração regional como eixo estratégico para o Brasil.

A agenda brasileira no debate global

A liderança brasileira ganhou visibilidade durante a presidência do G20, quando o país levou à mesa das maiores economias do mundo

temas como combate à fome, redução da pobreza e tributação dos super-ricos. São pautas marcadas pela experiência social e econômica do Sul Global e que passaram a ocupar posição central nas discussões internacionais.

A diretora de Geociências do IBGE, Maria do Carmo, também ressaltou o papel social da geografia durante as celebrações dos 90 anos do instituto. “Isso mostra como as áreas de Cartografia e de Meio Ambiente são importantes e estão sempre contribuindo com informações para o cumprimento da nossa missão: o conhecimento da realidade e o exercício da cidadania”, afirmou.

A virada econômica do Sul Global

Os números ajudam a explicar por que essa mudança de perspectiva não é apenas simbólica. O Sul Global deixou de ser uma promessa distante e se consolidou como um dos motores da economia mundial. Segundo dados econômicos globais divulgados pelo site oficial do G20 Brasil, os países que formam o Brics Plus já superaram o G7 em poder de compra real, concentrando mais de 35% da economia global.

Com as novas expansões, essas nações também detêm mais de 40% do petróleo do planeta e abrigam aproximadamente metade da população mundial. A força demográfica, energética e produtiva desses países altera o equilíbrio internacional e dá novo peso às agendas vindas do Sul.

Mudar a posição do Brasil nas salas de aula é também enviar um recado às próximas gerações: o país participa do centro do debate global. Seja nas discussões sobre clima, biodiversidade, desenvolvimento, energia, comércio ou combate à desigualdade, o mundo visto a partir do Sul também pode ser visto a partir do centro. ■



Ao contrário do que disse Luciano Huck, Bolsa Família tem porta de saída e impulsiona a economia

Declaração do apresentador sobre o programa em evento no Guarujá foi contestada por Wellington Dias e ignora dados sobre renda, emprego, saída de famílias do benefício e impacto do Bolsa Família nos municípios

Henrique Nunes

A declaração de Luciano Huck sobre o peso do Bolsa Família na economia de Senhor do Bonfim, na Bahia, reacendeu uma discussão recorrente sobre o programa de transferência de renda. Ao contrário do que sugeriu o apresentador durante o Fórum Esfera, no Guarujá, dados do governo federal mostram que

o benefício tem mecanismos de saída, acompanha o aumento de renda das famílias e movimentou a economia dos municípios.

Durante a edição anual do Fórum Esfera, organização criada para fomentar o pensamento e o diálogo sobre o Brasil e que reúne empresários, empreendedores e a classe produtiva, o apresentador foi questionado sobre o que acha do Brasil em uma escala de 0 a 10. A resposta rapidamente viralizou: “Em Senhor do Bonfim tem 56% de sua economia no Bolsa Família

ou seja, as pessoas criam um monte de mecanismos para permanecer no programa ad eternum”, resumiu.

A fala, além de incompleta e baseada em uma leitura distorcida dos dados, logo foi rebatida não só pelo prefeito da cidade baiana como por parlamentares da base governista. O ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, desmentiu os dados citados pelo apresentador. Em post no Instagram, o chefe da pasta afirmou que a “falta de informação também é uma arma perigosa” e que o trabalho do governo “não é de suposições”, mas baseado em dados.

“55% da economia vem dos serviços e 15%, da indústria e agropecuária”, rebateu. Ao comentar as declarações do apresentador, Wellington Dias disse que lida diariamente com informações falsas ou distorcidas sobre o Bolsa Família. Boa parte dos beneficiários do programa, lembrou o ministro, trabalha com carteira assinada.

Quase o dobro de retorno

Com base em estudos econômicos históricos aplicados a programas de transferência de renda, como os realizados pelo Ipea, estima-se que cada R\$ 1 investido no Bolsa Família tenha efeito multiplicador na economia, movimentando aproximadamente R\$ 2,40 no consumo das famílias e adicionando cerca de R\$ 1,78 ao Produto Interno Bruto (PIB).

O governo federal orçou cerca de R\$ 158 bilhões a R\$ 159 bilhões para o programa em 2026. O Bolsa Família deve atender aproximadamente 19,9 milhões de famílias, com benefício mínimo de R\$ 600.

Quase 20 milhões de lares

Mais de 19,08 milhões de famílias em todo o país começam a receber o pagamento do Bolsa

Família referente ao mês de maio. O programa de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) chega a 49,57 milhões de pessoas, com benefício médio de R\$ 678,01 por domicílio. O investimento do Governo do Brasil é de R\$ 12,9 bilhões neste mês.

Em maio, o programa conta com 159.248 novas famílias que aumentaram a renda e ingressaram na Regra de Proteção. O mecanismo garante que, durante até 12 meses, famílias que ultrapassarem o limite de renda de R\$ 218 por pessoa possam continuar recebendo 50% do valor do benefício, desde que a renda não ultrapasse R\$ 706 per capita. Ao todo, 2,26 milhões de famílias estão na Regra de Proteção.

Impulso à economia dos municípios

O Bolsa Família tem efeitos positivos na economia dos municípios, onde movimenta o comércio e impulsiona o consumo de alimentos, roupas e produtos de higiene. O impacto também é positivo em termos de emprego. Joana Silva, economista sênior do Banco Mundial, durante o seminário Bolsa Família 2.0, em 2023, afirmou que o Bolsa Família é um dos maiores programas de assistência à pobreza do mundo e que, mesmo não sendo um direito adquirido, tem características pre-determinadas.

De maneira geral, os municípios que receberam mais pagamentos do programa tiveram crescimento maior do emprego formal, com maioria dos postos de trabalho no setor privado e salários de até dois mínimos, ocupados por pessoas com ensino fundamental completo. O aumento do emprego formal, entretanto, predominou entre não beneficiários do Bolsa Família, que repre-

sentaram 64% da expansão das vagas no setor de serviços. Não houve aumento de salários ou de preços, nem realocação de empregos entre municípios, acrescentou.

Conforme estudos, dois terços dos gastos dos beneficiários são feitos em lojas formais e 54%, em serviços. Entre os efeitos causais do programa, Joana Silva citou o custo direto do emprego formal, que alcança US\$ 5.131, com impacto de 2,16% no PIB local. Em comparação com outros programas de apoio à pobreza no mundo, o Bolsa Família tem valor marginal de fundo público acima da média internacional.

Famílias deixam o programa quando a renda aumenta

Com o aumento da renda pela conquista de emprego formal, pela abertura de um pequeno negócio ou pela melhora nas condições financeiras do domicílio, 2 milhões de famílias deixaram de receber o Bolsa Família entre janeiro e outubro de 2025. Os dados são da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Das 2.069.776 famílias que deixaram de depender do programa de transferência de renda neste ano, a maioria, 1.318.214, saiu do benefício em razão do aumento dos ganhos totais no domicílio. Outras 24.763 fizeram o desligamento voluntário, enquanto 726.799 famílias concluíram o período na Regra de Proteção.

O mecanismo permite que o beneficiário continue recebendo metade do valor do Bolsa Família por até 12 meses, mesmo após superar o limite de R\$ 218 mensais per capita, desde que a renda não ultrapasse R\$ 706.

Rendimento dos mais ricos

Os dados sobre renda e desigualdade ajudam a dimensionar a relevância de políticas de transferência de renda em um país ainda marcado por forte concentração de rendimentos. Em 2025, o grupo formado pelos 10% mais ricos da população brasileira teve rendimento médio mensal de R\$ 9.117 por pessoa. Esse valor é 13,8 vezes maior que o recebido pelos 40% mais pobres. Para essa parcela da população, o rendimento mensal foi de R\$ 663, valor médio pago por programas como o Bolsa Família.

No ano anterior, essa relação entre os mais pobres e os mais ricos estava em 13,2 vezes. Apesar do aumento, o índice de 2025 é o segundo menor de uma série histórica iniciada em 2012.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada pelo IBGE na sexta-feira, 8 de maio, no Rio de Janeiro. Para elaborar o levantamento, o instituto buscou informações sobre todas as formas de rendimento das famílias. Além de salários e bônus, entram na conta aposentadoria, pensão alimentícia, benefício social, bolsa de estudo, seguro-desemprego, aluguel e aplicações financeiras. O total calculado foi dividido pelo número de moradores do domicílio.

Segundo a mesma pesquisa, cerca de 18 milhões de famílias receberam dinheiro de algum programa do governo federal em 2025, o equivalente a 22,7% dos mais de 79 milhões de domicílios do país. Em 2024, a proporção era maior, de 23,6%. Já em 2019, último ano antes da pandemia de covid-19, 17,9% dos lares eram beneficiários de algum tipo de programa social. A diferença representa a inclusão de 5,5 milhões de famílias abrangidas por programas de ajuda em seis anos.



Inscrições para o Enem 2026 estão abertas até 5 de junho

Provas serão aplicadas em 8 e 15 de novembro em todo o país; concluintes da rede pública terão inscrição automática, mas precisam confirmar participação na Página do Participante

Redação Focus Brasil

Estão abertas as inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026. Os interessados devem se inscrever pela Página do Participante até o dia 5 de junho. O prazo também vale para pedidos de atendimento especializado e tratamento por nome social. As provas serão aplicadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) nos dias 8 e 15 de novembro, nas 27 unidades da Federação.

Os estudantes concluintes do

ensino médio da rede pública terão a inscrição realizada automaticamente. Ainda assim, será necessário acessar a Página do Participante para confirmar a participação no Enem e complementar informações, como o município de realização das provas, a língua estrangeira escolhida e, se necessário, a solicitação de recursos de acessibilidade.

Os demais participantes que tiveram a isenção da taxa de inscrição aprovada também deverão realizar a inscrição no exame. Para os estudantes não isentos, a taxa continua no valor de R\$ 85 e pode ser paga por boleto gerado na Página do Participante, Pix, cartão de crédito ou débito em conta corrente ou poupança, a depender do

banco. O prazo para pagamento vai até 10 de junho.

Certificação pelo Enem

Quem pretende utilizar o exame para obter o Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou a Declaração Parcial de Proficiência deverá indicar essa opção no momento da inscrição. De acordo com o edital, podem solicitar a certificação os participantes que tiverem 18 anos completos até o primeiro dia de aplicação das provas e que não sejam concluintes nem egressos do ensino médio.

No edital do Enem 2026, é possível conferir todas as regras da edição, incluindo cronograma, procedimentos para atendimento especializado e demais orientações aos participantes.



Atendimento especializado e nome social

Os participantes que necessitam de atendimento especializado devem fazer a solicitação no momento da inscrição. O atendimento é voltado a pessoas com baixa visão, cegueira, visão monocular, deficiência física, deficiência auditiva, deficiência intelectual, surdez, surdocegueira, dislexia, discalculia, déficit de atenção, transtorno do espectro autista (TEA), além de gestantes, lactantes, diabéticos, idosos, estudantes em classe hospitalar ou participantes com outra condição específica.

Travestis, transexuais ou transgêneros receberão tratamento por nome social automaticamente, de acordo com os dados cadastrados na Receita Federal. Por isso, antes de se inscrever, o participante deverá verificar seu cadastro e, se necessário, atualizá-lo.

Pé-de-Meia terá incentivo extra

Os participantes do Pé-de-Meia que concluírem o ensino médio em 2026 e participarem dos dois dias de prova do Enem receberão incentivo adicional de R\$ 200. O pagamento será efetuado após a confirmação da conclusão da etapa de ensino, na mesma conta bancária utilizada para as demais

parcelas do programa.

O portal do Inep conta com uma página com as principais orientações para os participantes do Enem. Há também uma seção de perguntas frequentes sobre o exame, com esclarecimentos sobre os pontos mais comuns do processo.

Principal porta de entrada para o ensino superior

Instituições públicas e privadas utilizam o Enem para selecionar estudantes, como critério único ou complementar aos processos seletivos. Os resultados individuais também podem ser aproveitados em processos seletivos de instituições portuguesas que possuem convênio com o Inep para aceitar as notas do exame. Os acordos garantem acesso facilitado às notas dos estudantes brasileiros interessados em cursar a educação superior em Portugal.

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio tinha inicialmente o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior.

As notas do Enem podem ser usadas para acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ao Programa Universidade para Todos

(Prouni) e ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os resultados também possibilitam o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

Qualquer pessoa que já concluiu o ensino médio ou está concluindo essa etapa pode fazer o Enem para acesso à educação superior. Participantes que ainda não concluíram o ensino médio podem participar como treineiros, e seus resultados servem apenas para autoavaliação de conhecimentos.

O exame é aplicado em dois dias. Os participantes fazem provas de quatro áreas de conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas tecnologias. Ao todo, são 180 questões objetivas. Os participantes também são avaliados por meio de uma redação, que exige o desenvolvimento de texto dissertativo-argumentativo a partir de uma situação-problema.

Cronograma do Enem 2026

- **Inscrições:** de 25 de maio a 5 de junho
- **Pagamento da taxa de inscrição:** de 25 de maio a 10 de junho
- **Solicitação de tratamento por nome social:** de 25 de maio a 5 de junho
- **Solicitação de atendimento especializado:** de 25 de maio a 5 de junho
- **Resultado do atendimento especializado:** 19 de junho
- **Recurso do atendimento especializado:** de 22 a 26 de junho
- **Resultado do recurso:** 3 de julho
- **Aplicação das provas:** 8 e 15 de novembro. ■



Congresso discute pedágio free flow, prioridades da Saúde, termelétricas, misoginia, atuação da PF no exterior e bets

Agenda de comissões prioriza o debate sobre a implementação do pedágio free-flow, a prestação de contas dos ministérios da Saúde e de Minas e Energia, e o avanço da legislação de combate ao ódio contra as mulheres

Redação Focus Brasil

A agenda legislativa da semana concentra discussões estratégicas em comissões da Câmara e do Senado, com temas que impactam diretamente o cotidiano e a segurança jurídica. O radar dos parlamentares abrange desde a revisão técnica da cobrança eletrônica de pedágio (free flow) até os planos

de investimento e transparência do Ministério da Saúde para 2026. Também ganham destaque as audiências sobre a atuação internacional da Polícia Federal, os impactos econômicos das bets e a consolidação de leis contra a misoginia.

Até o fechamento desta matéria, o relatório da PEC 221/19, sobre o fim da Escala 6x1, estava sendo lido na Comissão Especial. Segundo o presidente da Casa, deputado Hugo Motta, o projeto deve ser votado ainda esta semana.

Mobilidade: O descompasso na implantação do free flow

A Comissão de Viação e Transportes debate na terça (26) a regulamentação do sistema de livre passagem em pedágio. O foco é a divergência entre a legislação aprovada (Lei 14.157/2021) e a prática atual. O objetivo do Legislativo é corrigir falhas que resultam em multas indevidas e falta de proporcionalidade tarifária, assegurando que o usuário pague exatamente pelo quilômetro rodado, sem barreiras físicas.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Saúde: Metas para 2026 e transparência nos repasses

Atendendo a convites e convocações, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, comparece à Comissão de Saúde na quarta (27). A pauta é extensa: inclui o detalhamento dos projetos da pasta para 2026, esclarecimentos sobre critérios técnicos e discrepâncias em repasses para municípios e a eficácia do Programa Agora Tem Especialista (PATE). A intenção é reduzir ruídos na gestão da rede pública e consolidar compromissos de transparência em ano de planejamento orçamentário.

Combate à Misoginia: da violência à responsabilização

Ainda na quarta-feira, o Grupo

de Trabalho sobre Crimes de Misoginia promove audiência essencial para calibrar o PL 896/2023. O debate foca nos desafios de implementação da lei e na construção de mecanismos eficazes de responsabilização por crimes de ódio contra mulheres. O encontro reúne especialistas em segurança pública e direitos humanos para ajustar o rigor penal e institucional necessário ao enfrentamento do problema.

Soberania e Defesa: A PF sob holofotes

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) recebe o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, para tratar de episódios sensíveis envolvendo a cooperação internacional da Polícia Federal. Em pauta, o monitoramento

de cidadãos brasileiros em solo norte-americano e a expulsão de um delegado da PF dos EUA, fatos que demandam esclarecimentos sobre a autonomia policial e a diplomacia entre os dois países.

Economia e Trabalho: Bets e a escala 6x1

A Comissão de Desenvolvimento Econômico analisa o impacto das apostas online (bets) na economia e na saúde pública, enquanto o DIAP destaca o possível avanço da proposta que prevê o fim da escala 6x1. No Senado, o foco recai sobre o piso do magistério (MP 1334/2026) e o incentivo ao contrato de primeiro emprego para jovens e recolocação de profissionais acima de 50 anos, temas centrais na agenda de proteção social e geração de renda. ■



Presidentes da CUT e CTB acreditam na aprovação do fim da escala 6×1

Sergio Nobre, da CUT, e Adílson Araújo, da CTB, apresentam pesquisa e denunciam “terrorismo” no debate e cobram aprovação imediata da escala 5x2 para alinhar o Brasil às tendências mundiais de desenvolvimento e dignidade

Fernanda Otero

Em meio a uma intensa agenda de mobilização nacional pelo fim da escala de trabalho de 44 horas semanais, os presidentes das duas maiores centrais sindicais do Brasil, CUT e CTB, estão confiantes e defenderam que a pressão pelo fim da escala 6×1 deve levar à aprovação da pauta na Câmara dos Deputados na próxima semana.

Para Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores, “a aprovação atende a um clamor popular e à pressão do movi-

mento sindical, que está unido na defesa dessa pauta, tratada como prioritária”.

Já Adílson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, afirma que a discussão sobre o fim da escala 6×1 “aproxima o Brasil de países que, por muito tempo, fizeram a opção de reduzir a jornada de trabalho, como foi o caso da França, que, ao reduzir para 35 horas semanais, viu isso resultar na geração de 350 mil postos de trabalho”.

Às vésperas da votação na Câmara, eles associaram a escala extenuante aos problemas de contratação formal e defenderam que o Brasil siga a “linha do desenvolvimento” internacional.

CUT: 40 horas já! Pesquisa aponta jornada extensa como barreira à formalização

Sergio Nobre destacou um estudo realizado pelas centrais sindicais em parceria com o Instituto Vox Populi e a Fundação Perseu Abramo, que contou com mais de 5.500 entrevistas sobre as transformações no mundo do trabalho. Segundo ele, a pesquisa buscou entender por que o empresário reclama de dificuldade para contratar com carteira assinada enquanto cresce a informalidade.

“A pesquisa revelou que os motivos são dois. Um é a questão do baixo salário”, afirmou. Ele exemplificou com trabalhadores do co-

mércio que entram em grandes redes ganhando R\$ 1.900 e, após descontos, “levam para casa menos do que o salário mínimo”. Para Nobre, esse ponto precisa ser debatido “muito fraternalmente com o setor empresarial, porque assim não vai contratar ninguém mesmo”.

O segundo fator, segundo o presidente da CUT, é decisivo: “o grande fator também, que pesa muito é a jornada de trabalho extensa, a rigidez das escalas de trabalho e, em especial, a escala seis por um, que torna impossível conciliar o trabalho com a vida”.

Nobre vinculou a questão a um direito básico: “O trabalho é muito importante, mas ele não pode impedir a pessoa de ser um bom pai, de ser uma boa mãe, de cuidar dos filhos”. E reforçou o resultado da pesquisa: “80% dos entrevistados apontam a redução da jornada para 40 horas e o fim da escala de seis por um como a grande pauta do movimento sindical”.

O dirigente também rejeitou a ideia de compensações que impliquem perda de direitos, como cortes no FGTS: “Repúdio a esse tipo de proposta, porque não é preciso compensação, porque a proposta ela se paga”. E encerrou com um recado direto: “A classe trabalhadora esperou demais pelas 40 horas. Eu sou presidente da CUT, que nasceu há 43 anos com essa pauta de 40 horas. 43 anos já se passaram. Portanto, nós não vemos sentido em esperar mais quatro ou cinco anos. Chega, né? Nós queremos 40 horas, já, agora”.

CTB denuncia “terrorismo” e aponta cenário internacional favorável

Adilson Araújo, presidente nacional da CTB, classificou a escala 6x1 como “desumana” e criticou o tom do debate: “Na medida que

esse debate ganhou a pauta do Congresso Nacional, que se aproxima o momento da votação, há uma inquietação, um alarmismo muito forte. Eu diria que de algum modo até um certo terrorismo por parcela extremista, diria assim, os próceres da direita, da extrema direita”.

Ele citou exemplos internacionais para sustentar a viabilidade da proposta: “Uma edição mais recente do Financial Times aponta que a medida a ser adotada no Brasil, com vista ao fim da escala 6x1, coloca o Brasil na linha do desenvolvimento”. Araújo mencionou a França, que, ao reduzir a 35 horas semanais, “viu resultar na criação de 350 mil postos de trabalho”, e a Islândia, que experimenta a jornada de quatro dias.

O presidente da CTB também apresentou dados sobre acidentes de trabalho: “O Brasil figura na lista dos países do G20 enquanto o segundo país com maior índice de morte por acidente de trabalho e nós somos hoje, segundo dados da OIT, o terceiro país no mundo com maior registro de acidente de trabalho”. Segundo ele, em 2025 foram registrados “mais de 806 mil trabalhadores e trabalhadoras brasileiras lesionadas, ou seja, um registro de 3.644 mortes”.

Para Araújo, a mudança é uma “exigência do tempo presente, que tem apoio de 70% da população” e está em harmonia com quem deseja “ter um tempo maior para cuidar dos filhos, conviver com a família, lazer, estudar mais, se qualificar, ou seja, objetivamente ter uma vida digna”.

Relator pede “mobilização social”

Na Câmara dos Deputados, o relator da PEC 221/19, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), afirmou, em audiência pública em Florianópolis (SC), na quinta-

-feira (21), que a aprovação do fim da escala 6x1 “não será fácil” e depende de pressão popular. “Nós precisamos de 308 votos, e não é fácil. Na média, temos 114 votos”, disse. Ele anunciou que o relatório será apresentado na segunda-feira (25) e votado na comissão especial no dia 27.

Sindicalistas presentes pediram a adoção imediata das 40 horas e de dois dias de descanso, sem transição. O deputado Pedro Uczai (PT-SC) sugeriu prazo de apenas 60 dias para entrada em vigor. Já o representante da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Carlos Kurtz, defendeu que jornada e escala sejam definidas por negociação coletiva, alertando para riscos de perda de competitividade.

Governo reafirma defesa do fim “imediato” da 6x1

Já o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em audiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reforçou a posição do governo: “Nós queremos acabar com a escala 6x1 imediatamente”. Ele defendeu a redução para 40 horas semanais, sem redução salarial, e afirmou que o Projeto de Lei nº 1.838/26, enviado ao Congresso, prevê a mudança imediata, com duas folgas semanais.

O ministro também argumentou que a adoção da escala 5x2 pode resultar em ganhos de produtividade: “Muitas empresas estão com dificuldade de preencher vagas quando informam que a escala é 6x1. Aquelas que resolveram antecipar a redução, implantando a escala 5x2, tiveram como resultado a redução das faltas no trabalho, viram a produtividade aumentar, assim como a qualidade do serviço”.

Segundo Marinho, atualmente 66,8% das empresas já operam no modelo 5x2, enquanto 33,2% mantêm a escala 6x1.



Gestão Ricardo Nunes desmonta espaços culturais e ameaça coletivos periféricos em São Paulo

Demolições de teatros históricos, cortes no orçamento da Cultura, ameaça a espaços comunitários e repressão ao carnaval de rua expõem avanço de uma política excludente na capital paulista

Rose Silva

A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB-SP) na Prefeitura de São Paulo deixa um rastro de destruição, autoritarismo e falta de transparência que fragiliza a cultura e descaracteriza a metrópole como grande espaço de fomento e produção artística. A demolição sem prévio aviso da sede do Teatro Ventoforte, em fevereiro de 2025, reconhecido mundialmente por sua dramatur-

gia inovadora voltada à infância e à juventude, deu o alerta para uma série de ações que viriam a seguir e revelam o caráter privatista, antipopular e antidemocrático da atual administração.

No mesmo ato, também foi destruída a Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul, do Mestre Minha, espaço de grande importância para a cultura afro-brasileira, com mais de 40 anos de atuação na capital paulista. A área onde ambos estavam localizados é tombada desde 1995 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Ar-

tístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), que não foi consultado previamente sobre a demolição.

Alguns meses depois, o Teatro de Contêiner Mungunzá foi notificado pela Prefeitura a deixar o terreno que ocupou por dez anos, na região da Luz, no centro da capital paulista, onde funcionavam um coletivo social e diversas estruturas comunitárias. A demolição foi efetuada em março de 2026, após uma batalha judicial e uma luta árdua da companhia, que nunca conseguiu estabelecer diálogo com o poder público.

Dois novos alvos do desmanche são o Teatro Popular União e Olho Vivo, consagrado como o mais antigo teatro popular da América Latina, em atividade no bairro do Bom Retiro desde 1966. A Prefeitura lançou decreto para removê-lo do terreno e construir o Boulevard Marquês de São Vicente, que está em processo licitatório. Além das atividades teatrais, o espaço também conta com uma lona de circo.

O Grêmio Esportivo e Recreativo Cruz da Esperança, onde desde 1979 acontece o Samba do Cruz, na Casa Verde, zona norte de São Paulo, também foi intimado a desocupar sua sede. O local abriga diversos clubes de várzea da região e ficou popular por sediar o tradicional Samba do Cruz. A Prefeitura de São Paulo entrou com ação de despejo após conceder a área, de mais de 385 mil metros quadrados, à iniciativa privada, com o propósito de construir um novo parque.

Cortes, baixa execução e falta de transparência

A gestão do orçamento tem sido marcada por cortes e falta de transparência no uso dos recursos. Nunes deixou de executar R\$ 37,1 milhões destinados aos programas de fomento à cultura na cidade de São Paulo durante o ano de 2025. Dos R\$ 159,7 milhões previstos para 15 modalidades de fomento, apenas R\$ 122,6 milhões foram efetivamente empenhados, deixando 13 dos 15 programas com recursos inferiores ao planejado.

O cenário de restrição orçamentária se agravou em março de 2026, com a publicação do Decreto nº 65.010/2026, que retirou R\$ 70,6 milhões dos R\$ 72,5 milhões aprovados pela Câmara Municipal para o Fundo Municipal de Cultura. O corte incidiu quase integralmente sobre a dotação de Fomento às Linguagens Artísticas, que passou a contar com apenas R\$ 60,2 mil para o exercício atual.

De outro lado, a série de reportagens “Festival de irregularidades”, da Agência Pública, denuncia que documentos internos da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) revelam um cenário de descontrole das contas públicas e falta de transparência em contratos de 66 shows que somam R\$ 4,2 milhões entre 2023 e o primeiro semestre de 2025.

A maioria das contratações com inconsistências, 49 das 63 identificadas, ocorreu entre maio e novembro de 2024, período que abrangeu a campanha eleitoral para a reeleição do prefeito Ricardo Nunes. Parte dos pagamentos foi liberada nesse intervalo, ainda que a execução dos shows tenha sido postergada para outras datas.

Os documentos mostram que a Prefeitura contratou sem licitação artistas pouco conhecidos do grande público por cachês, em alguns casos, superiores aos de nomes consagrados, contornando a lei municipal que rege o setor. De 2023 até o primeiro semestre de



Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul

2025, ao menos 14 músicos com baixa audiência em plataformas de streaming e redes sociais custaram R\$ 5,1 milhões aos cofres municipais.

“Com Ricardo Nunes tem sido um inferno”

Daniel Fagundes, que coordena um coletivo dedicado à produção audiovisual na região do M’Boi Mirim, na zona sul da cidade, recorda que houve avanço em gestões anteriores, o que ajudou na captação de recursos por meio dos editais e na própria entrega de políticas públicas já consolidadas, como a dos oficinas, das casas de cultura e várias outras.

“Fácil nunca foi, mas nos governos de esquerda tínhamos um diálogo mais aberto e possibilidade de criticar e construir junto, propor saídas para questões vinculadas aos direitos básicos da cultura. Com Ricardo Nunes tem sido um inferno. Desde que ele entrou na Prefeitura vem fazendo um processo de desmonte das políticas, principalmente de cotas de reparação histórica”, afirma.

Fagundes destaca que estão sendo eliminadas políticas que promoviam uma inserção muito forte de coletivos e realizadores negros, indígenas e LGBTQIA+. “As cotas ainda existem, mas a proporção era muito maior nos governos anteriores. Mesmo entre as pessoas que faziam essa gestão e que batalhavam lá dentro do governo, a gente teve a Viviane Ferreira e a Lyara Oliveira como presidentes da Spcine, que eram duas mulheres pretas super engajadas nessas pautas e na própria discussão de um audiovisual mais plural. Mas aqueles que sempre foram beneficiados reclamaram, e isso tem provocado um desmonte dessa política que foi construída pensando no acesso de pessoas que vêm produzindo há muitos anos, mas nunca conseguiam acessar editais”, argu-

menta.

“Aqui na quebrada, a gente está fazendo vaquinha online para conseguir realizar um festival de cinema, pois a nova presidência tem feito questão de se distanciar da política de cotas, também por pressão de grupos organizados, desse alto escalão das produtoras de elite que não chegam a repassar nada do que é conseguido nos editais para movimentos periféricos, salas de cinema, cineclubes e realizadores”, diz.

“Não há como fazer política pública sem orçamento”

Segundo a vereadora e presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, Luna Zarattini (PT-SP), existe uma luta histórica da cultura para que, no mínimo, 3% do orçamento sejam destinados às políticas culturais.

“Não há como fazer política pública sem orçamento. Todas as vezes que a gente faz esse debate aqui na Câmara e também junto à Prefeitura de São Paulo, tentam diminuir e nunca ampliam o orçamento para a cultura. Mas o que temos é uma política dos grandes eventos, em vez das políticas estruturantes e de valorização de entidades e coletivos culturais que apoiam, lutam e transformam as periferias”, afirma.

Desde que assumiu, a vereadora lembra que ocorreram diversos enfrentamentos em defesa da cultura. Um deles foi a tentativa da gestão atual de privatizar as casas de cultura, que existem desde a gestão de Luiza Erundina, entre 1989 e 1992, com o princípio de abrir espaços para o fazer cultural nas periferias.

“Depois disso houve uma grande perseguição aos teatros, que foram ameaçados e demolidos. E nós estamos acompanhando bastante o que está acontecendo com

o Cruz da Esperança, um espaço na zona norte de São Paulo que promove o samba, o futebol de várzea, a capoeira, um espaço de terreiro ameaçado de ser despejado pela Prefeitura de São Paulo porque existe nessa gestão uma tentativa de privatização dos espaços por meio das concessões. As concessões têm sido muito duras na cidade, como já ocorre nos parques do Ibirapuera, da Água Branca e no Vale do Anhangabaú”, afirma.

Os Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas localizadas nas periferias e que contam com cinema, teatro, piscina e atividades culturais, têm sido desmontados por meio de terceirizações, privatizações e desarticulações que levam ao fechamento desses espaços nos finais de semana, tornando-os inacessíveis para a população.

A vereadora pontua que, também no carnaval de rua, são privilegiados os megablocos e os grandes eventos com grandes patrocinadores, em detrimento daqueles que fazem o carnaval tradicional. Os blocos de bairro recebem quase nada ou nenhum incentivo, além de sofrerem perseguições e violências policiais da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar.

“Nós tivemos de atuar em conjunto, diversos vereadores e políticos denunciaram o ataque ao carnaval. Temos um projeto excludente de ataque a quem faz cultura na nossa cidade, e falta diálogo para a construção de uma cidade mais humana e diversa, que acolha as diferentes expressões culturais”, diz.

Para Luna Zarattini, a participação da população é essencial para a retomada da cultura como política prioritária em São Paulo, cidade conhecida por sua diversidade, mas que, hoje, segundo ela, vive um período de autoritarismo e fechamento de diálogo.



Participação social e soberania em saúde: o que o CNS levou a Genebra

A experiência brasileira de controle social no SUS ganhou projeção internacional e se consolidou como referência na defesa do direito à saúde

Fernanda Otero

A 79ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, reúne nesta semana governos, organismos internacionais e representantes da sociedade civil para discutir os rumos da saúde global em um cenário marcado por desigualdades, tensões geopolíticas e os efeitos duradouros da pandemia.

Neste ano, o Brasil participa do encontro, levando ao centro do debate temas como a partici-

pação social, a soberania em saúde, o fortalecimento dos sistemas públicos e a cooperação multilateral. Pela primeira vez, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) integra a programação oficial com um evento paralelo, reforçando o protagonismo brasileiro nas discussões sobre democracia, direito à saúde e controle social — resultado de uma trajetória iniciada na redemocratização e consolidada com a Constituição de 1988, que definiu a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Na avaliação de Francisca Valda, que participa ativamente do CNS desde 2004 e atualmente é

Conselheira eleita, a experiência brasileira demonstrou que a garantia desse direito depende de instituições públicas sólidas, da participação popular e do acompanhamento permanente da sociedade. “A partir daí, a gente deu um avanço na compreensão de que direito significa democracia”, afirmou. E resumiu: “Saúde é democracia, democracia é saúde”.

Segundo ela, o Brasil passou a ser observado internacionalmente por ter inscrito o direito à saúde na Constituição e por sustentar esse princípio em um país continental, atravessado por profundas desigualdades e grande diversida-



de regional. “O Brasil começou a ser visto no mundo inteiro como um país case a ser estudado e inspiração para o mundo”, disse.

Composição e papel dos conselhos

A estrutura de participação no país se organiza em conselhos locais, municipais, estaduais e no Conselho Nacional de Saúde. Os espaços locais atuam mais próximos das comunidades e das unidades de saúde, estimulando o debate nos territórios. Já o poder deliberativo está concentrado nos conselhos municipais, instâncias centrais para o funcionamento do controle social no SUS.

Francisca Valda destacou que essa rede reúne cerca de 120 mil conselheiras e conselheiros em todo o Brasil. Também explicou como se dá a composição desses colegiados: “A composição do conselho é 50% de usuários do SUS, 25% de trabalhadoras e trabalhadores do SUS e 25% de gestão e prestadores de serviço.”

Na prática, isso significa que a maioria das cadeiras é ocupada por representantes da população usuária do sistema público, o que assegura protagonismo social nas deliberações. Entre os segmentos estão as centrais sindicais, o mo-

vimento negro, o movimento de mulheres, as pessoas com deficiência, a população em situação de rua e outras organizações da sociedade civil.

Esse desenho institucional confere aos conselhos um papel efetivo no planejamento e no acompanhamento das políticas públicas. Eles analisam planos de saúde, orçamentos, financiamentos e relatórios de gestão. Para Francisca, não se trata de uma formalidade burocrática, mas de um instrumento real de fiscalização e de intervenção. “O conselho cuida do planejamento e do relatório de gestão. Então, o prefeito que não está cumprindo com a sua obrigação com o povo, o conselho não aprova o relatório. Tem esse poder”, explicou.

Soberania em saúde após a pandemia

O debate sobre soberania em saúde ganhou força a partir das lições da Covid-19. Na avaliação da conselheira, a crise expôs os limites de um modelo global altamente dependente do mercado e concentrado na produção de insumos, vacinas e medicamentos.

“Na pandemia, a gente queria comprar máscara, mas não tinha onde comprar”, lembrou.

Para Francisca Valda, defender soberania significa ampliar a capacidade nacional de produzir vacinas, medicamentos e equipamentos, reduzindo a vulnerabilidade diante das disputas internacionais. “Cada país tem que lutar por democracia e por soberania, porque ele ganha uma independência em relação à área de medicamentos, de vacinas, de equipamentos hospitalares”, afirmou.

Defesa do SUS e da democracia

Francisca insistiu em um ponto central: sem organização popular, o SUS perde força e o fundo público fica mais exposto à captura por interesses privados.

“Nós precisamos fortalecer a participação social, senão não se viabiliza o SUS nem nenhuma outra política pública”, disse.

A presença do CNS em Genebra projeta internacionalmente uma experiência brasileira que articula o direito à saúde, a democracia e a voz popular. Em um cenário global marcado por desigualdades, desinformação e disputas por acesso a medicamentos e tecnologias, o Brasil leva à arena internacional uma mensagem clara: uma saúde pública forte exige povo organizado e presença da sociedade nas decisões do Estado.



Laboratório da UFRJ lança boletim sobre impasse em Ormuz e crise geopolítica global; íntegra está disponível para download

Publicação do grupo Poder Global e Geopolítica do Capitalismo reúne análises sobre Irã, Estados Unidos, energia, tecnologia militar, Taiwan e América do Sul

Redação Focus Brasil

O Observatório Internacional do Século XXI lançou sua 17ª edição (maio/2026) com uma análise sobre o impasse em Ormuz e seus efeitos sobre a geopolítica mundial.

A publicação é produzida pelo Grupo de Pesquisa Poder Global e Geopolítica do Capitalismo, vinculado ao CNPq/Labepog/Nubea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e reúne textos de pesquisadores dedicados à políti-

ca internacional, economia global, energia e segurança.

A íntegra do boletim está disponível aqui para download e disponível para leitura ao final do texto.

O boletim parte da guerra envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel para discutir as cadeias de impacto abertas pelo conflito.

Entre os temas tratados estão o controle do Estreito de Ormuz, a estratégia norte-americana no Oriente Médio, os efeitos da crise sobre petróleo, gás, fertilizantes e transporte marítimo, além das mudanças tecnológicas no campo

militar, com destaque para drones, inteligência artificial e novos sistemas de defesa.

Há, ainda, análises sobre Cuba e Taiwan diante da insegurança energética, sobre a disputa entre grandes potências no espaço sideral, sobre os movimentos diplomáticos no Estreito de Taiwan e sobre a fragmentação política e econômica da América do Sul.

Participam deste número José Luís Fiori, Andrés Ferrari Haines, Wagner Sousa, Daniel Barreiros, Mirelli Malaguti, Flavio Aguiar, William Nozaki, Elias Jabbour e Pedro Silva Barros. O comitê editorial é formado por José Luís Fiori, Maria Claudia Vater e Andrés Ferrari Haines.



JUSTIÇA PARA YVES SAKILA

Morte de Yves Sakila em Dublin provoca protestos e cobrança por apuração

Congolês radicado na Irlanda morreu após ser imobilizado por seguranças na porta da uma loja de departamentos; vídeo do caso gerou comparações com George Floyd

Fernanda Otero

A morte de Yves Sakila, congolês radicado na Irlanda, após ser imobilizado por seguranças do lado de fora da loja de departamentos Arnotts, no centro de Dublin, desencadeou protestos e reacendeu o debate sobre racismo e uso excessivo da força no país. O caso ganhou dimensão nacional depois que vídeos do momento começaram a circular nas redes sociais, mostrando Sakila no chão, contido

por vários homens, até ficar inconsciente.

Segundo a polícia irlandesa, Sakila foi detido por seguranças em conexão com uma suspeita de furto em loja. Ele “ficou sem resposta” ainda no local e, mais tarde, foi declarado morto. A cena, registrada em vídeo, passou a ser comparada ao episódio de George Floyd, nos Estados Unidos, em 2020.

As imagens, descritas por parlamentares como “disturbing” e “distressing”, levaram centenas de pessoas às ruas. Diante do Parlamento, manifestantes entoaram “no cover up, no delay” (“sem aco-

bertamento, sem atraso”) e exigiram justiça.

“Um momento George Floyd”

A comparação com o assassinato de George Floyd apareceu tanto nos protestos quanto nos relatos de pessoas que conheciam Sakila. À Reuters, David Kaliba, que estudou com Yves em um subúrbio do norte de Dublin, afirmou:

“We call this a George Floyd moment” (“Chamamos isso de um momento George Floyd”).

O vídeo mostra Sakila preso ao chão por pelo menos cinco homens por quase cinco minutos,



enquanto pessoas observam. Em um trecho, dois homens mantêm o rosto dele pressionado contra o chão e, em determinado momento, um deles ajoelha-se na região da cabeça ou do pescoço por alguns segundos.

Para Yemi Adenuga, porta-voz da Black Coalition Ireland, a gravação remete diretamente ao caso estadunidense:

“Quando você olha para aquele vídeo, literalmente parece uma reencenação do que aconteceu com George Floyd”, disse à Reuters.

INAR manifesta preocupação e pede investigação

Em comunicado, o INAR (Irish Network Against Racism) — rede irlandesa que articula organizações e iniciativas de enfrentamento ao racismo — afirmou estar “muito preocupado” com a morte de Sakila e foi direto ao ponto:

“Ninguém merece morrer por ser suspeito de furto em loja”, diz a nota.

A entidade destaca que, no vídeo, um homem aparece no chão, “subjugado por vários homens” que “parecem ser seguranças e gerência”. Segundo o texto, em

determinado momento um deles “transfere o peso para o joelho” na região de “pescoço e cabeça”, enquanto o homem grita em sofrimento e os demais repetem ordens para que ele “stay down” (“fique no chão”). Sakila aparece sem movimentos, e o INAR observa que, nesse momento do vídeo descrito, a polícia ainda não teria chegado.

O diretor do INAR, Shane O’Curry, declarou que “a morte de um homem negro nessas circunstâncias é extremamente preocupante e pedimos às autoridades que investiguem minuciosamente todos os fatos.”

Rede de organizações e participação brasileira

Em entrevista, o ativista Rafael Richard, que vive na Irlanda há sete anos e foi policial em Santo André por 14 anos, contou que seu ativismo no movimento negro é recente e começou depois de já estar estabelecido no país. Ao falar sobre o ato de solidariedade a Sakila, ele descreveu uma mobilização construída por diferentes grupos. “Foram várias organizações”, afirmou, citando a Black Coalition e a Black and Irish.

Richard disse que o evento também reuniu comunidades brasileiras, angolanas e africanas. Ele explicou que sua contribuição no ato foi tentar reduzir a escala emocional do público — a partir da experiência profissional, quando trabalhou com contenção de público.

“A situação fomenta muita emoção, raiva, angústia”, relatou.

Durante o ato, ele fez um breve discurso e disse ter deixado uma “mensagem de amor”, incentivando as pessoas a transformarem “aquela energia” em algo construtivo, porque “o amor transforma a sociedade” e, segundo ele, fortalece a capacidade coletiva de enfrentar ações racistas e xenofóbicas.

Investigação e pressão pública

Questionado pela imprensa, o primeiro-ministro Micheál Martin declarou que pediu uma investigação completa e disse que a forma como Sakila morreu causou grande preocupação social. A polícia afirmou que o exame pós-morte foi concluído, mas que os resultados não seriam divulgados por razões operacionais.



A semana no mundo: confira os destaques internacionais

Leia sobre as tensões no Oriente Médio, eleições na Itália, calor extremo na Europa, crise política na Bolívia e o banimento na França de um dos principais ministros de Israel

Fernanda Otero

• Irã busca no Catar acordo sobre ativos congelados e bloqueio no Estreito de Ormuz

Uma delegação de alto nível do Irã esteve no Catar para negociar a liberação de ativos congelados e um entendimento sobre o bloqueio no Estreito de Ormuz, uma das rotas mais sensíveis para o transporte global de petróleo e gás. Segundo a Euronews, participaram das conversas o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Bagher Ghalibaf, o chanceler Abbas Araghchi e o chefe do banco central, Abdolna-

ser Hemmati.

De acordo com a reportagem, as tratativas envolvem dois pontos centrais: a questão do urânio altamente enriquecido e a liberação de recursos iranianos retidos no exterior. A Euronews informa que, segundo a agência estatal iraniana Fars, Washington teria concordado em desbloquear parte desses ativos em troca do afrouxamento das restrições em Ormuz e do fim do bloqueio naval a embarcações com destino a portos iranianos. O valor em discussão, porém, permanece incerto: parte da imprensa internacional fala em US\$ 6 bilhões, enquanto autoridades iranianas mencionam US\$ 12 bilhões.

• Eleições locais na Itália viram novo teste político para Giorgia Meloni

Mais de 6 milhões de italianos foram às urnas nas eleições municipais que renovam prefeituras e conselhos locais em cerca de 700 municípios, incluindo Veneza e 15 capitais provinciais. Segundo a Euronews, a votação é vista como o último grande teste eleitoral antes da disputa nacional prevista para 2027.

A reportagem destaca que o pleito ganhou peso político após a derrota de Giorgia Meloni no referendo sobre a reforma da Justiça, em março. Para a Euronews, o resultado pode tanto reforçar a base da coalizão de direita quanto acender um novo sinal de alerta para o governo, ao mesmo tempo em que mede a capacidade das forças progressistas de construir uma alternativa unificada para os próximos anos.

O texto aponta, ainda, que as disputas mais relevantes se concentram nos municípios com mais de 15 mil habitantes, onde centro-direita e centro-esquerda tentam retomar ou preservar retdutos importantes. Em cidades

como Veneza e Reggio Calabria, o desempenho das coalizões pode ajudar a definir quem sai politicamente fortalecido dessa rodada eleitoral, marcada também por comparecimento inicial inferior ao da eleição anterior, de acordo com a Euronews.

• Europa enfrenta calor recorde em maio sob efeito de “cúpula de calor”

A Europa entrou em uma nova onda de calor fora de época, com temperaturas recordes para maio impulsionadas por uma “cúpula de calor”, fenômeno atmosférico que aprisiona o ar quente e dificulta a formação de nuvens e a circulação vertical da atmosfera. Segundo a Euronews, o avanço dessa massa de alta pressão elevou as temperaturas entre 12°C e 16°C acima das médias climáticas em partes do continente.

A reportagem informa que países do sul e do sudoeste europeu, como Portugal, Espanha e França, podem registrar máximas de até 38°C, enquanto áreas do norte, como Alemanha e Reino Unido, também podem superar os 30°C. De acordo com a Euronews, o fenômeno difere de uma onda de calor convencional: trata-se de um sistema de alta pressão persistente que comprime o ar, eleva as temperaturas e aumenta o risco de seca e incêndios.

A matéria destaca ainda que esses episódios estão se tornando mais frequentes e precoces. Citada pela Euronews, a meteorologista Ioanna Vergini, da WfY24, resume a mudança: o que antes era típico de julho já chega em meados de maio. Para a publicação, o avanço das mudanças climáticas vem prolongando o verão europeu nas duas pontas do calendário e tornando o calor extre-

mo uma presença cada vez mais constante no continente.

• Bolívia profunda crise política, com protestos, desabastecimento e pressão sobre Rodrigo Paz

A crise política e social na Bolívia se agravou nas últimas semanas, com bloqueios de estradas, escassez de alimentos, combustível e medicamentos e um aumento da pressão pela renúncia do presidente Rodrigo Paz. Segundo a Al Jazeera, os protestos começaram a partir de pautas setoriais — como reivindicações salariais, críticas à alta do custo de vida, reclamações sobre combustível contaminado e rejeição a mudanças na legislação fundiária —, mas evoluíram para uma contestação mais ampla do governo.

A tensão se concentra principalmente em La Paz e El Alto, onde bloqueios e confrontos vêm afetando a rotina urbana e o abastecimento. A Al Jazeera destaca que parte da insatisfação vem de setores populares, indígenas e sindicais que apoiaram Paz na eleição, mas hoje se dizem excluídos de seu governo e traídos por uma agenda vista como mais próxima das elites empresariais, com medidas como cortes de subsídios, aproximação ao FMI e mudanças econômicas por decreto.

Em meio à escalada da crise, Paz anunciou o corte de 50% no próprio salário e nos vencimentos de seus ministros. De acordo com a Reuters, o presidente afirmou que a medida visa demonstrar “compromisso com o país”. O gesto, porém, ocorre quando a Bolívia entra na quarta semana de protestos, sem sinal claro de pacificação e com o governo dividido

entre negociar com setores sociais e reprimir ações que classifica como ataques à democracia.

• França barra entrada de ministro israelense de extrema direita após episódio com ativistas pró-Gaza

A França proibiu a entrada em seu território do ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, numa decisão anunciada pelo chanceler Jean-Noël Barrot e vinculada à reação francesa ao tratamento dado por autoridades israelenses a ativistas de uma flotilha com destino a Gaza. Segundo a France 24, a medida foi tomada após Ben-Gvir divulgar um vídeo em que aparece provocando ativistas detidos pelas forças de segurança israelenses.

A reportagem informa que o governo francês também pediu, em articulação com a Itália, que a União Europeia impusesse sanções ao ministro. A atitude do ministro israelense e as agressões sofridas pelos ativistas geraram forte reação internacional, especialmente após denúncias de ativistas que afirmam ter sido agredidos e abusados durante a detenção, após a interceptação da embarcação por forças navais israelenses em águas internacionais.

De acordo com a France 24, até mesmo o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, criticou a conduta de Ben-Gvir, classificando-a como incompatível com os valores e normas de Israel. A decisão francesa amplia a pressão diplomática sobre a atuação do ministro, um dos nomes mais radicais do atual governo israelense, em meio ao agravamento das tensões em torno da guerra em Gaza.





FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores


PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Políticas Sociais



Centro de
Documentação e
Estudos Políticos
Sérgio Buarque
de Holanda